CISION

Jornal de Leiria

ID: 29444745

25-03-2010

Tiragem: 15000
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Regional

Pág: 18
Cores: Cor
Área: 26,41 x 35,80 cm²
Corte: 1 de 3

António de Sousa, presidente da Associação Portuguesa de Bancos

"Há uma falta estrutural de capitais em Portugal"

O sector financeiro vai enfrentar um ano difícil, marcado pela subida dos custos de financiamento e pelo aumento do malparado. Os portugueses que precisem de crédito à habitação não podem contar com o financiamento total por parte dos bancos, devendo por isso apostar na poupança. António de Sousa, presidente da Associação Portuguesa de Bancos, afirma que as empresas não podem esperar ser competitivas devido a uma moeda fraca e defende que as pequenas obras públicas têm efeitos mais imediatos na criação de emprego

Texto: Raquel de Sousa Silva **Fotos:** Ricardo Graça

Quais as suas perspectivas para o sector bancário este ano?

Vai ser um ano relativamente difícil, por três razões. Uma é que os spreads a nível internacional têm vindo a aumentar, o que significa que o custo de financiamento dos bancos será mais caro. Esta subida dos custos só parcialmente é reflectida nos consumidores, nomeadamente nas empresas, o que significa que a margem bancária tem vindo a diminuir. Em muitos casos até já é negativa. Os resultados da banca, o ano passado, no mercado nacional, já pioraram substancialmente. O segundo aspecto é que, dada a situação económica que o País atravessa, é natural que continue a aumentar o malparado, o que gera custos adicionais. E um terceiro é que não vai haver uma grande expansão do crédito. As pessoas dizem que os bancos estão a cortar no crédito, mas não é isso que acontece, até porque a expansão é benéfica para a banca. O que se passa é que a procura diminuiu muito, acompanhando a retracção do investimento e da actividade económica.

A tendência é para que os critérios de concessão se tornem mais exigentes?

No caso das empresas e dos particulares, e sem falar do crédito à habitação, não houve uma alteração significativa dos critérios de concessão. Houve foi uma deterioração da situação das empresas, que deixaram de estar em condições para cumprir esses mesmos critérios. No crédito à habitação a situação é diferente. Embora Portugal tenha sido dos países mais criteriosos na concessão, a verdade é que a percentagem do empréstimo em relação ao valor total das casas tornou-se muito elevado – 90 ou 100% - e está agora a voltar para valores normais, entre os 60 e os 80%.

Significa que os portugueses devem voltar a apostar na poupança...

Isso é fundamental. As empresas portuguesas têm um problema estrutural de falta de capitais próprios. O assunto volta a ser mais notório em momentos de crise. Quando estamos em expansão económica as empresas vão dando lucros e, com eles, reforçando os capitais próprios. Também obtêm crédito bancário com mais facilidade porque os seus rácios são melhores. Quando a situação se torna mais negativa, a falta de capitais próprios torna-se mais evidente. Esta questão está muito ligada a situações de enquadramento fiscal, que não favorecem muito o aumento de capitais próprios. Antigamente pagava-se até imposto de selo, em montantes significativos, pelos aumentos. Ainda hoje a remuneração dos capitais próprios é tributada de forma mais significativa do que outras formas de remuneração do capital. Associada ao facto de o capital ser escasso, a situação faz com que este problema estrutural se mantenha.

Os empresários queixam-se de dificuldades de acesso à banca...

Como disse, os critérios de empréstimo têm-se mantido mais ou menos constantes. Só que as empresas estão em situação bastante deteriorada e se antes até cumpriam os critérios agora nem sempre cumprem, nomeadamente em termos de autonomia dos capitais próprios. Projectos inovadores continuam a ter boa receptividade e são apoiados sem problema. Mas repito: há uma falta estrutural de capitais em Portugal. Os empresários não têm capitalizado as empresas como acontece noutros países.

Como é que é possível resolver, ou pelo menos minimizar, esse problema estrutural?

É difícil, porque isso tem a ver com o facto de Portugal ser um País que todos os anos tem um défice substancial na sua economia, tem a ver com o facto de não ter havido acumulação histórica de capital e com a existência de um sistema fiscal que não favorece os capitais próprios das empresas.

O ideal seria ter taxas de juro baixas, moeda desvalorizada e salários controlados. Mas esse mundo não existe

A banca tem apontado a necessidade de subir os *spreads*, devido ao aumento dos custos da crise. Mas apresenta lucros de milhões de euros, o que cria nos portugueses um sentimento de alguma injustiça. Como comenta?

Ninguém compara esses lucros com os aumentos de capital que a banca tem feito: o ano passado, os lucros foram inferiores aos aumentos de capital. Os capitais investidos na banca são da ordem das dezenas de milhar de milhões de euros. O que significa que a rentabilidade não está a remunerar os capitais. A banca, ao contrário do que acontece com a maioria das empresas, tem de estar capitalizada. Não só porque é obrigada a estar, mas também porque se não estiver não é capaz de obter fundos internacionais. A banca tem uma remuneração de capital que neste momento é baixa. E tanto assim é que a única crítica feita pelo Fundo Monetário Internacional - órgão independente que não entra naquilo a que chamaria quase conversa de café que se faz sobre os lucros da banca – é a falta de rentabilidade.

Joseph Stiglitz, Prémio Nobel da Economia 2001, em entrevista à *Visão*, afirmou que aos bancos foi dado "dinheiro barato para fazerem o que queriam, sem limitações, e eles utilizaram-no para maximizar os seus lucros, sem se preocuparem com os custos sociais". Como comenta?

É totalmente verdade nos Estados Unidos da América, que é o mercado que ele conhece e onde efectivamente isso aconteceu. Eu fui muito crítico da actuação da Federal Reserve que, durante muitos anos, colocou os juros muito baixos artificialmente. O Banco Central Europeu foi muito contestado por manter os juros relativamente elevados, mas foi prudente, foi a estratégia certa. A sua política foi muito mais correcta.

"Os banqueiros falharam por incompetência", acrescenta Stiglitz. Foi só nos Estados Unidos ou também na Europa?

Na Europa também houve alguns casos. Os mais conhecidos são os do Royal Bank of Scotland e do Northern Rock, no Reino Unido, mas há outros. Houve bancos que

CISION

Jornal de Leiria

ID: 29444745

25-03-2010

Tiragem: 15000
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Regional

Pág: 19
Cores: Cor
Área: 26,56 x 36,50 cm²
Corte: 2 de 3

utilizaram estratégias do mesmo tipo e tiveram os problemas que são conhecidos. No caso português, em nenhum dos grandes bancos isso aconteceu. Os dois casos problemáticos que aconteceram não tiveram nada a ver com estratégias corporativas daquele género. Pelo que tem sido divulgado, foram casos ou de fraude – BPN – ou de estratégia baseada em aplicações financeiras que derivam da Bolsa – BPP. Quando a Bolsa sobe os clientes têm resultados elevados, quando desce têm resultados muito maus. Não estou a dizer que é mau investir na Bolsa; é historicamente o melhor investimento de todos, mas é se considerarmos períodos de 30 anos, não de um ou dois. E é preciso ter consciência dos riscos.

Enquanto governador do Banco de Portugal, contribuiu para a nossa adesão ao euro. Como avalia agora esta medida?

Em 1994 a adesão era um grande ponto de interrogação, porque Portugal não tinha uma história de estabilidade financeira e apresentava um défice elevado. Entrar foi um objectivo nacional até 1998 e conseguiu-se. Veja-se o que aconteceu a países que não entraram no euro, alguns dos quais até pareciam extremamente estáveis, como a Islândia. Num País estruturalmente deficitário como o nosso, numa situação de crise financeira o que teria acontecido às taxas de juro se não estivéssemos no euro? O que aconteceria às famílias que todos os meses pagam uma prestação bancária se em vez de taxas de 2% tivessem de suportar taxas que sobem para 15% de um momento para o outro? Só por aqui se vê qual seria o risco. Se não estivéssemos no euro, as famílias não teriam casa própria porque não a poderiam pagar. Viveriam pior, talvez ainda com os pais ou em casas arrendadas. Não sei se é isso que se deve desejar para a nossa sociedade.

Os empresários queixam-se de perda de competitividade, porque o euro tem valorizado muito...

Não podemos querer sol na eira e chuva no nabal. Temos taxas de juros baixas, não podemos fazer desvalorizações da moeda. Se tivéssemos taxas de juro altas, as queixas seriam de que não podiam competir por isso. Evidentemente, as desvalorizações dão competitividade, mas significam taxas de juro de 15, 16 ou 18%. Não é claramente por essa via que as empresas têm de ganhar competitividade. Reconheço que o euro possa estar sobrevalorizado, mas estruturalmente não é essa a grande questão. Claro que o ideal seria ter taxas de juro baixas, moeda desvalorizada e salários controlados. Mas esse mundo não existe. ■

"Temos um problema de excesso de legislação"

Falta em Portugal uma política económica que possa indicar às PME com o que podem contar?

Se entendermos por política económica dizer quais são os bons sectores ou negócios, não. Ser empresário é descobrir isso mesmo. O que é importante é o que tem vindo a ser feito, que é facilitar muito o fazer negócios em Portugal, e que pode obviamente ser melhorado. Hoje criar uma empresa não é o drama que era há dez anos, mas veja-se tudo o que tem a ver com licenças dos mais variados tipos. Em Portugal temos um problema de excesso de legislação. Temos tendência para ter muita legislação sobre muitas coisas, normalmente muito bem intencionada, esquecendo-se muitas vezes que nem é possível aplicá-la. Somos bons a fazer legislação perfeita, tão perfeita que muitas vezes é difícil de aplicar.

Em situações de crise, as obras públicas são imprescindíveis?

O investimento público é imprescindível, não necessariamente em grandes obras. Nas crises, o efeito multiplicador no investimento e no emprego, que é um dos aspectos que mais preocupa do ponto de vista social e económico, é muito maior nas pequenas e médias obras do que nas grandes, porque tem repercussão imediata. E basta olhar para as ruas para ver que há tantas pequenas obras públicas que são necessárias. Algo que me parece acertado é o que está a ser feito no parque escolar e nos hospitais, que tem um impacto muito maior a curto prazo para contrariar uma situação de crise social e económica do que as grandes obras públicas. Estas têm de ser avaliadas não como instrumentos para debelar uma determinada crise, mas na perspectiva daquilo que devem ser: instrumentos para aumentar a competitividade de médio e longo prazo do País. Deve discutir-se se são ou não úteis para este fim.

Como conciliar a necessidade de realizar investimento público com o não aumento do endividamento?

Até por isso a pequena obra pública é muito melhor. As grandes são sobretudo de capital intensivo, implicam maiores importações e financiamento desde o início, embora a sua utilização só comece uns anos depois. Mas isso tem impacto imediato no nível de endividamento do País. Considerando que este aspecto é um dos mais preocupantes neste momento, é preciso ter muito cuidado nesta área. O adiamento de algumas obras, como está escrito no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), parece-me muito positivo.

O PEC dá sinais de que estamos a tentar resolver a situação?

Sinais dá com certeza. Se dá os sinais suficientes, precisamos ainda de algum tempo para ver qual é a reacção dos mercados. Claro que em qualquer programa haverá sempre coisas que podem ser melhoradas, mas pelo menos vai no sentido certo. ■

As pessoas estão a escrever cada vez pior

Dá aulas no ensino superior há muitas décadas. Os alunos chegam bem preparados?

Nos últimos anos tenho tido alunos de licenciatura e mestrado. A Universidade Nova, bem como a Católica, entre outras, é das melhores do País. Logo, há uma selecção à priori e os alunos que entram estão bem preparados. Nota-se um conjunto de alterações positivas e negativas. Nas primeiras, o facto de haver cada vez mais bons alunos que têm muita facilidade de se integrarem na vida profissional. Infelizmente muitos deles logo no estrangeiro. Há uma fuga de cérebros muito grande, nomeadamente para Londres. A autonomia e o interesse demonstrados por assuntos diversos também são positivos. Negativo é o facto de as pessoas estarem a escrever cada vez pior. Tanto no que toca a erros ortográficos, como à dificuldade em escrever de forma consistente. Outro aspecto menos positivo é o barulho e confusão constantes nas aulas, nos primeiros anos. Parece-me que isto tem a ver com o facto de no ensino secundário ter havido alguma deterioração da qualidade. ■

Perguntas dos outros

Banca nacional entre as mais eficientes

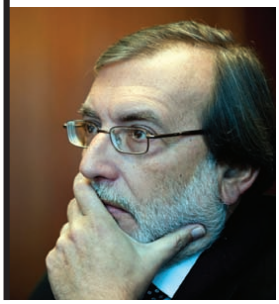
Rui Rei, economista, Leiria

Por que é que, estando a economia em recessão, a banca continua a ter resultados contra-ciclo de montantes tão elevados?

O sistema bancário português tem sido sistematicamente considerado, pelo menos nos últimos 15 anos, um dos mais eficientes em termos europeus. Eu diria mesmo em termos mundiais. Tem conseguido uma dinâmica extremamente positiva e custos de actividade relativamente baixos. É uma banca muito automatizada. Somos dos países mais desenvolvidos em tudo o que tem a ver com sistemas de pagamentos. Por outro lado, é uma banca que não entrou nos produtos de elevado risco, muito sofisticados tecnicamente e que ficaram conhecidos como produtos tóxicos. A banca portuguesa tem tido um perfil muito razoável do ponto de vista dos riscos e um nível de custos relativamente reduzido para a dimensão que tem. Por tudo isto, tem conseguido manter alguma rentabilidade. E não esqueçamos que tem capitais próprios elevados, que têm sido pouco remunerados. Por isso, uma boa parte dessa rentabilidade deriva da rentabilização directa desses mesmos capitais, o que não acontece na maioria das empresas. ■

Perfil

António de Sousa é licenciado e doutorado em Gestão de Empresas e desempenhou já diversos cargos públicos, nomeadamente o de secretário de Estado das Finanças num Governo de Cavaco Silva (1993-94). Entre outras funções, foi governador do Banco de Portugal entre 1994 e 2000 e depois presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos. É presidente da APB desde Junho de 2009. Está ligado à docência universitária desde 1975. Nos últimos 15 anos tem dado aulas na Universidade Nova. Ver filmes e ler são os seus passatempos favoritos. Um livro que o tenha marcado? "É muito difícil escolher", garante, embora acabe por apontar *The art of problem solving, de Ackoff*, que considera "fabuloso" e leu quando era seu aluno. ■



CISION

Jornal de Leiria

ID: 29444745

25-03-2010

Tiragem: 15000
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Regional

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 4,90 x 14,22 cm²
Corte: 3 de 3

RICARDO GRAÇA

António de Sousa,
presidente da A.P. de Bancos

"Os empresários portugueses não têm capitalizado as empresas"

Portugal tem tendência para produzir legislação "tão perfeita" que "muitas vezes é difícil de aplicar". António de Sousa defende que em tempos de crise o investimento público "é imprescindível", mas deve ser canalizado para obras pequenas, que têm um impacto mais imediato no emprego. Quanto às grandes obras, deve ser avaliada a sua utilidade.

ENTREVISTA PÁGS. 18 E 19